AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ___ VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE _____

NOME DO REQUERENTE: _____
NACIONALIDADE: _____
ESTADO CIVIL: _____
PROFISSÃO: _____
DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____
CPF: _____
ENDEREÇO COMPLETO: _____
TELEFONE: _____
E-MAIL: _____

NOME DO REQUERIDO: _____
NACIONALIDADE: _____
ESTADO CIVIL: _____
PROFISSÃO: _____
DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____
CPF: _____
ENDEREÇO COMPLETO: _____
TELEFONE: _____
E-MAIL: _____

DOS FATOS

O Requerente e o Requerido são pais da criança/menor _____, nascido(a) em ___/___/_____, conforme certidão de nascimento anexa.
Após a separação/desligamento da convivência familiar, não houve regulamentação judicial acerca do direito de visitas do Requerente ao(à) menor.
O direito de visitas é essencial para a manutenção do vínculo afetivo, assegurando o contato regular entre o(a) genitor(a) e o(a) filho(a), contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

DO DIREITO

O artigo 1.589 do Código Civil Brasileiro assegura ao pai ou à mãe o direito de visitas, mesmo que guardião(a) legal do menor seja outra pessoa.
O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), em seu artigo 19, reforça o direito da criança e do adolescente de ser criado e educado no seio da família, assegurando o convívio familiar.

Além disso, o princípio do melhor interesse da criança orienta toda decisão judicial que envolva direitos infantojuvenis.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

1. A concessão da regulamentação do direito de visitas do Requerente ao(à) menor, nos seguintes termos:

- Visitas semanais às _____ (dias da semana) das _____ às _____ horas;
- Visitas em finais de semana alternados, iniciando-se às _____ horas de sexta-feira até às _____ horas de domingo;
- Visitas em feriados alternados, conforme calendário a ser estipulado;
- Férias escolares divididas igualmente entre as partes, respeitando o período letivo;
- Direito de acompanhamento em consultas médicas, escolares e eventos importantes;

2. A intimação do Requerido para que cumpra com a presente decisão, sob pena de sanções legais;
3. A condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
4. A produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente testemunhal e documental.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, _____
Local Assinatura do Requerente / Advogado(a)

_____
Nome do Advogado(a)
OAB/__ Nº _____

Fonte original deste documento:

https://adv-modelo.com/acao-de-regulamentacao-de-visitas/

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

https://adv-modelos.com

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.